



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE
GOIÂNIA-GO

PSICÓLOGO

CADERNO DE QUESTÕES 15/03/2026

DISCIPLINA	QUESTOES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e Município de Goiânia	16 a 20
Conhecimentos Específicos do Cargo	21 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A vida floresce onde há cuidado.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Leia o texto a seguir.

O Agente Secreto (2025) - Crítica

O filme é impecavelmente inteligente, sem pontas soltas e não deixa espaço para qualquer sentimento que não seja diretamente ligado à trama; somos completamente engolidos por uma fotografia espetacular que não tem medo da luz e tem a cor como sua maior aliada; o filme tem uma edição e montagem criativas e ousadas que desafiam uma indústria datada e monótona com cortes entre planos com uma difusão longa e momentos em que a tela se divide entre dois planos, um som desenhado e articuladamente planejado para nos imergir em uma experiência única e extraordinária que a direção proporciona.

MENDES, Nicolas. "O Agente Secreto (2025) Crítica". *Universidade Federal Fluminense*. Jul 30, 2025 (fragmento). Disponível em: <https://oca.observatorio.uff.br/?p=8587>. Acesso em: 23 dez. 2025.

A crítica sobre o filme *O Agente Secreto*, de Kleber Mendonça Filho, tem a particularidade de exaltar aspectos técnicos do filme, fazendo uso de termos típicos da linguagem cinematográfica. Esses termos, que ocorrem em número significativo no texto, são

- (A) adjetivos.
- (B) advérbios.
- (C) substantivos.
- (D) verbos.

Leia o **Texto 1** para responder às questões **02** e **03**.

Texto 1**Resumo**

As Feiras de Ciências (FC) constituem-se em oportunidades de estimular o gosto pela pesquisa e afastar os estudantes da postura de meros receptores do conhecimento, partindo da investigação para torná-los protagonistas de seu aprendizado. O objetivo deste trabalho foi identificar a percepção de estudantes de uma escola pública do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento de projetos e a FC. A coleta de dados ocorreu mediante aplicação de questionário após o evento. As respostas foram analisadas segundo a Tematização de Fontoura e revelaram que os estudantes percebem as FC como espaço formativo constituído por múltiplas perspectivas. Observa-se que os alunos entendem a importância de se tornarem protagonistas de seu aprendizado vivenciando o desenvolvimento das etapas de um projeto, perpassando pelo trabalho em grupo e desenvolvendo o pensamento crítico. Tais habilidades vão ao encontro do que almeja um ensino de ciências emancipatório e adequado às demandas da sociedade do século XXI.

DELL ASEM, Erica Cavalcanti de Albuquerque; OLIVEIRA, Maria de Fatima Alves. "As feiras de ciências como espaço formativo sob o olhar de discentes da educação básica". *REnBIO – Revista de Ensino de Biologia*. V. 18, n. 2 (Jul./dez 2025), p. 637. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/1979/586>. Acesso em: 18 dez. 2025.

QUESTÃO 02

Considerando os componentes que normalmente estruturam o gênero textual resumo de artigo científico, nota-se que, no caso do resumo em questão, as autoras deixam de mencionar

- (A) o propósito da pesquisa que foi realizada.
- (B) os estudos teóricos que fundamentam a pesquisa.
- (C) os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.
- (D) os resultados parciais da análise dos dados da pesquisa.

QUESTÃO 03

Em "As respostas foram analisadas segundo a Tematização de Fontoura e revelaram que os estudantes percebem as FC como espaço formativo constituído por múltiplas perspectivas", o segmento "que os estudantes percebem as FC como espaço formativo constituído por múltiplas perspectivas" constitui uma oração

- (A) coordenada aditiva.
- (B) coordenada adversativa.
- (C) subordinada substantiva.
- (D) subordinada adjetiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 04

Leia a tirinha a seguir.



Disponível em: <https://share.google/xktaEvzsH6es5auuQ>. Acesso em: 25 dez. 2025.

A crítica implícita na tirinha, que é diferente da posição da personagem que fala, diz respeito a pessoas que

- (A) denegam as ameaças das mudanças climáticas.
- (B) alertam sobre os perigos das mudanças climáticas.
- (C) agredem o meio ambiente provocando mudanças climáticas.
- (D) exageram sobre os prejuízos das mudanças climáticas.

RASCUNHO

Leia o **Texto 2** para responder às questões **05** e **06**.

Texto 2**A Inteligência Artificial vai desempregar muita gente**

"Os modelos de IA sofrem de uma falha bem conhecida no mundo da tecnologia: as alucinações"

Algumas profissões serão duramente afetadas pela Inteligência Artificial (IA). Em algumas outras, a IA terá mais dificuldades em avançar no curto prazo. E, ainda bem, a IA comete falhas bem humanas. [...]

No mês passado, um escritório de advocacia de Nova York usou o chatGPT para produzir uma petição em processo movido contra uma empresa de aviação. Na peça processual foram elencados vários precedentes legais. Quando o processo chegou aos advogados da empresa ré, eles não encontraram os casos citados como precedentes. Uma rápida investigação descobriu que os casos só existiam como uma "invenção" do chatGPT.

É preciso refletir sobre como a IA produz resultados. É por meio de um processo de combinações estatísticas de palavras que estão na base de dados do modelo de IA. Essas palavras são unidas umas às outras de uma forma que pareça fazer sentido estatisticamente. Mas os modelos de IA sofrem de uma falha bem conhecida no mundo da tecnologia: as alucinações. São situações nas quais eles produzem resultados absurdos, porque a técnica de combinações estatísticas acabou resultando em uma combinação absurda, sem nada a ver com a realidade.

Um ser humano alucinado perderia o emprego. [...] Mas o chatGPT não será demitido. [...]

Contudo, há outro efeito colateral ainda mais preocupante que decorre do uso da IA nas atividades humanas. Em muitas situações, o que se deseja premiar é a habilidade humana.

Então, não é justo homenagear trabalho que foi quase exclusivamente produzido por um programa de computador. Vejamos o caso de uma competição de fotografia na Austrália, no começo deste mês. Uma das fotos enviadas foi desqualificada por suspeita de que teria sido produzida com auxílio da IA. A expressão "suspeita" é extremamente relevante nesse caso. A autora da foto declarou que isso não ocorreu, e que ela teria tirado a foto com seu celular.

Estamos presenciando uma mudança fundamental na vida em sociedade. Quando a IA começou a produzir resultados artificiais semelhantes aos produzidos pelos humanos, o problema agora não é apenas o risco de tratar como reais produtos criados pela IA, outro problema ainda maior é tratar como falsos os produtos realmente oriundos do talento humano. A propósito, este artigo foi realmente escrito por um humano, ou foi produzido pela Inteligência Artificial?

**ORLANDO SANTOS, analista de sistemas e entusiasta de tecnologia.*

SANTOS, Orlando. *A Inteligência Artificial vai desempregar muita gente.*

Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2023/07/5112935-artigo-a-inteligencia-artificial-vai-desempregar-muita-gente.html>. (Fragmento). Acesso em: 19 dez. 2025.

QUESTÃO 05

Ao abordar o tema da Inteligência Artificial (IA), o autor do artigo de opinião segue uma linha de argumentação cuja validação se apoia parcialmente em

- (A) comparações entre falhas técnicas típicas da IA em atividades humanas.
- (B) discursos para evitar os perigos das alucinações da IA em atividades humanas.
- (C) exemplos de situações problemáticas envolvendo a IA em atividades humanas.
- (D) causas e consequências do excesso de uso da IA em atividades humanas.

QUESTÃO 06

Além de apontar uma falha da IA, as alucinações, o autor acrescenta, ao final do texto, uma complicação maior, segundo ele, vinculada à presença da IA nas atividades humanas. Trata-se de uma questão relacionada

- (A) ao nível de competitividade do que se produz.
- (B) à qualidade do que se produz.
- (C) à falta de verossimilhança no que se produz.
- (D) à autenticidade do que se produz.

QUESTÃO 07

Leia os títulos de artigos a seguir.

Sumário

Acordando discursos adormecidos: o que o ato poético diz do ato analítico

(Cláudia Thereza Guimarães de Lemos)

O Poder da palavra: o mago, o poeta e o psicanalista em ato

(Rita de Cássia Segantini Bonança)

Entre Te(at)r(os)s: Iludir para Desenganar – Modos de Olhar uma (In)certa poesia de Cacaso

(Débora Racy Soares)

Cinema e psicanálise: três tempos na captura do olhar

(Ana Costa)

LEITE, Nina Virgínia de Araújo; MILÁN-RAMOS, J. Guillermo (orgs.) (Fragmento). *entreAto: o poético e o analítico*. Campinas, SP: Mercado de Letras, s.p., 2011

Os títulos dos artigos aparecem no sumário do livro *entreAto: o poético e o analítico*, organizado por Nina V. de A. Leite e J. Guillermo. Em todos eles, são utilizados os dois pontos. Considerando o uso desse sinal gráfico, as frases que aparecem após os dois pontos cumprem a função de

- (A) valorizar um estilo de linguagem mais complexo.
- (B) fornecer mais detalhes sobre os temas dos artigos.
- (C) seguir normas editoriais sobre títulos de trabalhos.
- (D) enfatizar o rigor científico dos estudos realizados.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **08** e **09**.

Texto 3**Falando de Amor**

(Canção de Tom Jobim)

Se eu pudesse por um dia
Esse amor, essa alegria
Eu te juro, te daria
Se pudesse esse amor todo dia
Chega perto, vem sem medo
Chega mais meu coração
Vem ouvir esse segredo
Escondido num choro canção
Se soubesses como eu gosto
Do teu cheiro, teu jeito de flor
Não negavas um beijinho
A quem anda perdido de amor

JOBIM, Tom. *Falando de Amor*. (Fragmento). Disponível em: <https://www.tomjobim.com.br/p/falandodeamor-letra-musica-video.html>. Acesso em: 22 dez. 2025.

QUESTÃO 08

A letra da canção *Falando de Amor*, de Tom Jobim, se estrutura de acordo com um “eu” que se dirige a um “tu”. Esse endereçamento aparece marcado, por exemplo, na demanda que o eu lírico faz, ao seu amor, por meio da forma conjugada do verbo

- (A) “poder”.
- (B) “jurar”.
- (C) “dar”.
- (D) “vir”.

QUESTÃO 09

Em uma das frases da canção, uma vírgula poderia ser acrescentada antes de um vocativo. Em qual frase isso poderia ser feito?

- (A) Chega mais meu coração.
- (B) Vem ouvir esse segredo.
- (C) Se soubesses como eu gosto.
- (D) Não negavas um beijinho.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A violeta é introvertida e sua introspecção é profunda. Dizem que se esconde por modéstia. Não é. Esconde-se para poder captar o próprio segredo. Seu quase não-perfume é glória abafada mas exige da gente que o busque. Não grita nunca o seu perfume. Violeta diz levezas que não se podem dizer.

LISPECTOR, Clarice. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 53, 1998.

Na descrição poética que a narradora faz sobre a flor violeta, predomina a figura de linguagem

- (A) hipérbole.
- (B) eufemismo.
- (C) aliteração.
- (D) prosopopeia.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 11

Um professor enumerou seus 30 alunos de 1 a 30, de acordo com suas notas finais em uma disciplina em ordem crescente de notas (da menor para a maior). Nenhum aluno tirou a mesma nota que outro. Ele dividiu os alunos em 3 grupos com base nas notas:

Grupo A: alunos com notas maiores ou iguais a 8,0.
Grupo B: alunos com notas maiores ou iguais a 5,0 e menores do que 8,0.
Grupo C: alunos com notas menores do que 5,0.

Sabendo que o aluno de número 12 obteve nota 4,7 e o aluno de número 13 obteve nota 5,1, quantos alunos pertencem à união dos grupos A e B?

- (A) 12.
(B) 13.
(C) 17.
(D) 18.

QUESTÃO 12

Um homem monitorou o preço de um mesmo celular oferecido em uma loja durante 15 dias consecutivos e anotou os seguintes valores (em reais):

Dia	Valor (em reais)
1	7.800,00
2	8.300,00
3	8.100,00
4	7.900,00
5	8.100,00
6	8.200,00
7	8.100,00
8	8.300,00
9	7.700,00
10	7.200,00
11	8.000,00
12	8.300,00
13	8.500,00
14	7.600,00
15	8.100,00

Ele considerou que a variação de preços era injusta e propôs ao vendedor o valor correspondente à mediana dos preços observados nos 15 dias. O vendedor aceitou a negociação. Qual foi o valor pago pelo homem nesse celular?

- (A) R\$ 7.900,00.
(B) R\$ 8.000,00.
(C) R\$ 8.100,00.
(D) R\$ 8.200,00.

QUESTÃO 13

Um restaurante utilizou 4 quilogramas de chocolate para preparar 16 receitas de mousse de chocolate. Mantendo exatamente a mesma proporção de chocolate por receita, qual é a quantidade de chocolate, em quilogramas, necessária para preparar 7 receitas dessa mesma mousse?

- (A) 1,35.
(B) 1,75.
(C) 2,05.
(D) 2,25.

QUESTÃO 14

Segundo o IBGE, em 2022, a cidade de Itatiba, situada no estado de São Paulo, tinha 121.590 habitantes. Estima-se que, até 2025, a população aumentará em 5.522 pessoas. Com base nesses dados, qual é, aproximadamente, a porcentagem que esse aumento de pessoas representa em relação à população em 2022?

- (A) 4,5%.
(B) 5,5%.
(C) 6,5%.
(D) 7,5%.

QUESTÃO 15

Uma mulher decidiu comprar um apartamento no valor de R\$ 680.000,00, mas não tinha o montante suficiente para pagar à vista. Ela pagará 80% do valor do imóvel como entrada e financiará os 20% restantes em um banco. O financiamento terá juros compostos de 10% ao ano, pelo período de 2 anos. Qual será o valor total pago pela mulher pelo apartamento, considerando a entrada e o financiamento?

- (A) R\$ 707.200,00.
(B) R\$ 708.560,00.
(C) R\$ 710.400,00.
(D) R\$ 712.360,00.

QUESTÃO 16

A proibição da circulação de moeda pela Coroa Lusitana em Goiás, determinada pela Carta Régia de 3 de janeiro de 1735, e a imposição do ouro em pó como meio de troca tinham como principal objetivo

- (A) incentivar a produção aurífera local.
- (B) padronizar o sistema monetário da capitania com o do restante do Brasil.
- (C) combater o contrabando do ouro e garantir o pagamento do quinto.
- (D) facilitar as transações comerciais de pequeno valor.

QUESTÃO 17

Na década de 1930, um dos argumentos utilizados por Pedro Ludovico Teixeira para justificar a transferência da capital era afirmar que a antiga capital de Goiás

- (A) apresentava uma rica herança histórica.
- (B) tinha uma população pequena.
- (C) estava integrada nacionalmente.
- (D) era um símbolo do atraso.

QUESTÃO 18

Leia o texto a seguir.

Vilaboenses céticos quanto ao processo de patrimonialização e mercantilização da cultura e do patrimônio locais existiram desde o princípio das ações do IPHAN (SPHAN).

TAMASO, Izabela. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. 2007. 787 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. p. 25.

A partir da década de 1950, o SPHAN iniciou o processo de patrimonialização da Cidade de Goiás, o que gerou reações de parte da população e da imprensa. O principal argumento da resistência inicial ao tombamento era

- (A) o entendimento de que o tombamento era sinônimo de demolição.
- (B) a percepção de que a preservação era antagônica ao progresso.
- (C) a crítica ao foco na arquitetura colonial.
- (D) a resistência ao governo federal.

QUESTÃO 19

Leia o texto a seguir.

A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou um alerta que reacende um dos debates mais sensíveis do setor elétrico: o impacto tarifário da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD). [...] Embora a CGU reconheça os benefícios ambientais da geração distribuída (GD), o relatório destaca uma distorção estrutural: consumidores que não possuem sistemas solares, em especial os de baixa renda, têm arcado com o custo dos descontos concedidos aos proprietários de painéis fotovoltaicos.

Disponível em: <https://cenarioenergia.com.br/2025/11/27/cgu-acende-alerta-para-impacto-tarifario-da-mmgd-e-expoe-pressao-sobre-consumidores-cativos/>. Acesso em: 6 jan. 2026.

De acordo com o texto, um dos problemas gerados pela atual política de energia solar é(são)

- (A) o reforço da desigualdade social.
- (B) os benefícios ambientais insuficientes.
- (C) o pouco emprego de energia solar.
- (D) a falta de incentivos aos proprietários de painéis solares.

QUESTÃO 20

Em Goiás, a passagem de uma economia agrária tradicional para o modelo agroindustrial, a partir da década de 1970, pode ser caracterizada pelo/pela

- (A) predomínio da produção de café.
- (B) transição para uma agricultura marcada por produção diversificada.
- (C) ausência de correção ou de insumos agrícolas para garantir alta produtividade do solo.
- (D) perda de proeminência do arroz, que era o principal produto agrícola até então.

QUESTÃO 21

Um órgão público necessita realizar manutenção preventiva em alguns equipamentos e corrigir defeitos em outros. Segundo a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a contratação necessária para atender ao interesse do órgão terá por objeto serviços de natureza

- (A) eventual.
- (B) especial.
- (C) intelectual.
- (D) contínua.

QUESTÃO 22

Um prefeito pretende destinar recursos públicos de forma permanente e exclusiva para um plano de adoção do modelo de cidade inteligente (*smart city*). Considerando que a constituição estadual e a lei orgânica municipal o autorizam a editar medidas provisórias, além de outros atos normativos, sua consultoria jurídica entendeu que a instituição do projeto deverá se dar mediante

- (A) lei.
- (B) decreto.
- (C) lei delegada.
- (D) medida provisória.

QUESTÃO 23

Servidores da Controladoria Geral do Município de Goiânia identificaram a revogação de portarias que regulamentavam atos de fiscalização pertinentes às competências do município, havendo indícios de que a ação do agente público responsável se deu com desvio de finalidade. O caso foi comunicado ao controlador geral e a informação foi noticiada pela imprensa. Segundo as normas vigentes, para a apuração da irregularidade identificada,

- (A) os servidores devem representar ao Ministério Público Estadual.
- (B) associações são legítimas para denunciar ao Tribunal de Contas do Estado.
- (C) qualquer cidadão poderá propor a sustação do ato à Câmara Municipal.
- (D) o controlador geral deve dar ciência ao Tribunal de Contas dos Municípios.

QUESTÃO 24

O chefe imediato de um servidor público da Câmara Municipal de Goiânia vem o constrangendo há mais de seis meses, ao tratá-lo com desprezo e ao designá-lo para tarefas triviais e aquém de suas atribuições funcionais. A situação hipotética descrita constitui transgressão disciplinar punível com

- (A) multa ou repreensão.
- (B) multa ou suspensão.
- (C) repreensão ou suspensão.
- (D) suspensão ou demissão.

QUESTÃO 25

Um professor da rede municipal de educação foi aprovado em concurso público para cargo de nível médio do legislativo estadual. Por não ser profissional de saúde, foi questionado sobre a possibilidade de acumular os dois cargos públicos. A norma de regência de casos como esse determina que o profissional

- (A) pode acumular um cargo de professor com outro técnico, havendo compatibilidade de horários e respeito ao teto remuneratório constitucional.
- (B) pode acumular um cargo de professor com outro de qualquer natureza, havendo compatibilidade de horários e respeito ao teto remuneratório constitucional.
- (C) não poderá acumular o cargo de professor com o novo cargo, porque este não tem natureza científica.
- (D) não poderá acumular o cargo de professor com o novo cargo, porque este não tem natureza docente.

QUESTÃO 26

Na hipótese de o prefeito de Goiânia decidir fixar, mediante decreto, no mês de janeiro de 2026, novo valor para sua remuneração, bem como para a do vice-prefeito e a dos secretários, essa decisão

- (A) deverá ser revogada, pois trata-se de ano eleitoral.
- (B) terá validade no ano subsequente.
- (C) deverá ser referendada pela Câmara Municipal.
- (D) será nula por vício de incompetência.

QUESTÃO 27

Uma autoridade administrativa competente foi representada para que instaure investigação para apurar a prática de ato de improbidade administrativa. De acordo com a norma de regência, é ato próprio ao procedimento administrativo aplicável ao caso

- (A) a rejeição do pedido, que torna prejudicada a representação ao Ministério Público.
- (B) a determinação de produção de provas pela autoridade, caso a representação não as indique.
- (C) a designação de representante do Tribunal de Contas para acompanhar o procedimento.
- (D) a designação de representante do Ministério Público para compor a comissão processante.

QUESTÃO 28

A administração de um município do interior do estado, dotado apenas de unidades básicas de saúde, decide contratar onerosamente um hospital privado local para fornecer atendimento médico especializado e exames de média e alta complexidade para a população. Para tanto, o compartilhamento de prontuários dos usuários constantes das bases de dados do ente federativo para o nosocômio é

- (A) autorizado para esse fim específico e determinado, pois se trata de execução descentralizada de política pública.
- (B) necessário para a execução da política pública de saúde, juntamente com o consentimento específico e destacado do titular.
- (C) restrito, pois se trata de informação pessoal sensível referente à saúde e sigilosa por cem anos.
- (D) vedado, pois informações pessoais de acesso restrito a agentes públicos não podem ser transmitidas para empresas.

QUESTÃO 29

A estrutura administrativa da Câmara Municipal de Goiânia compreende a organização institucional de unidades administrativas e respectivos cargos, encarregada da prestação de serviços públicos legislativos, em sintonia com a função constitucional do Poder Legislativo municipal, executando atividades de forma integrada. Nesse sentido, a área de Desenvolvimento da Gestão Legislativa tem, entre seus órgãos,

- (A) a Procuradoria-Geral.
- (B) a Diretoria Financeira.
- (C) a Controladoria Geral.
- (D) a Chefia de Gabinete.

QUESTÃO 30

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia foi alterado em outubro de 2025 visando aumentar a representação de gênero na composição de comissões. O novo texto determina que a escolha dos membros para as comissões deverá corresponder, para cada gênero, a percentuais mínimo e máximo, respectivamente, de

- (A) vinte e oitenta por cento nas comissões permanentes.
- (B) vinte e cinco e setenta e cinco por cento nas comissões especiais de inquérito.
- (C) trinta e setenta por cento nas comissões temporárias.
- (D) trinta e cinco e sessenta e cinco por cento nas comissões de investigação e processantes.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Durante uma reunião para definição de estratégias de readaptação funcional de uma servidora com histórico de conflitos interpessoais, o médico do trabalho e o assistente social solicitam acesso a dados qualitativos obtidos em atendimento psicológico para fundamentar o laudo pericial da equipe. Considerando o disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo referente à atuação em equipes multiprofissionais, a conduta técnica adequada é

- (A) prestar as informações estritamente necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho em equipe, resguardando o caráter confidencial das comunicações do servidor que não tenham nexos diretos com a decisão de readaptação funcional.
- (B) disponibilizar o acesso integral aos registros para garantir uma compreensão holística e evitar a fragmentação do cuidado, amparando-se no princípio do sigilo compartilhado, uma vez que os profissionais de saúde estão sujeitos às mesmas penalidades éticas e legais em caso de vazamento.
- (C) recusar o compartilhamento de qualquer dado qualitativo decorrente da escuta clínica, restringindo-se a informar o código da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a conclusão sobre aptidão, a fim de garantir a autonomia técnica e o sigilo absoluto da paciente.
- (D) condicionar o fornecimento das informações à autorização por escrito da servidora atendida, visto que a quebra de sigilo para outros profissionais, mesmo da própria equipe de saúde, só é permitida eticamente em situações de risco iminente à vida ou violência.

RASCUNHO**QUESTÃO 32**

Um psicólogo da Câmara Municipal realiza acompanhamento psicoterapêutico focal de um servidor que atua como Agente de Segurança do Plenário. Após um incidente durante uma sessão solene, a Diretoria de Recursos Humanos instaurou um processo administrativo e solicitou a este mesmo psicólogo uma avaliação pericial do servidor para determinar sua aptidão para o porte de equipamentos de segurança. Tendo em vista a sobreposição das demandas clínica e pericial, o posicionamento profissional adequado é

- (A) realizar a avaliação solicitada, considerando que o vínculo preexistente oferece dados longitudinais sobre a personalidade do servidor que seriam inacessíveis em uma perícia transversal, conferindo maior robustez e profundidade clínica ao laudo.
- (B) proceder à avaliação, desde que utilize exclusivamente instrumentos psicométricos padronizados e com correção informatizada, o que garante a objetividade dos resultados e elimina o viés subjetivo decorrente da relação terapêutica.
- (C) acatar a determinação, considerando que, no regime estatutário, a recusa de atribuições típicas do cargo exige impedimento legal por parentesco ou litígio pessoal, não se aplicando ao vínculo terapêutico prévio, cabendo ao profissional a separação dos papéis durante a avaliação.
- (D) declarar-se impedido de realizar a avaliação pericial, pois a atuação prévia como psicoterapeuta do servidor configura conflito de interesses que compromete a neutralidade necessária para a produção de documentos avaliativos com fins decisórios.

RASCUNHO

QUESTÃO 33

Uma psicóloga da Câmara Municipal teve seu pedido de aposentadoria deferido, efetivando seu desligamento definitivo da instituição. Diante da inexistência de outro psicólogo no quadro funcional ou de substituto nomeado por concurso público para assumir a responsabilidade técnica imediata, e considerando as normativas do Conselho Federal de Psicologia sobre guarda e registro documental, o procedimento ético adequado para garantir o sigilo e a integridade dos prontuários durante a vacância do cargo é

- (A) transferir a responsabilidade técnica e a chave do arquivo para a chefia imediata do setor de saúde, mediante termo de confidencialidade, garantindo que a administração possa consultar dados estritamente necessários para a gestão de afastamentos laborais.
- (B) encaminhar a totalidade do acervo documental, devidamente lacrado e catalogado, para a sede do Conselho Regional de Psicologia (CRP) da jurisdição, solicitando a guarda temporária do material até que um novo concurso público seja realizado e um novo psicólogo seja nomeado.
- (C) lacrar os arquivos físicos ou eletrônicos na presença de um representante administrativo da instituição, lavrando-se ata que transfira a responsabilidade pela guarda material do acervo à Câmara Municipal, mantendo-o inacessível até a chegada de um novo psicólogo responsável técnico.
- (D) convocar os usuários com atendimentos em andamento ou prontuários ativos e entregar-lhes os documentos originais, mantendo na instituição apenas um resumo estatístico dos atendimentos, transferindo assim a guarda das informações diretamente aos titulares dos dados.

RASCUNHO**QUESTÃO 34**

Um psicólogo da Câmara Municipal finaliza um processo de psicodiagnóstico solicitado para subsidiar a decisão de uma Junta Médica Oficial acerca de uma licença para tratamento de saúde. Após o encaminhamento do laudo ao setor competente, o servidor assistido solicita ao psicólogo uma entrevista devolutiva. Diante do rito administrativo e das normativas éticas que regem a produção de documentos escritos, a conduta correta do profissional é

- (A) orientar que o acesso ao conteúdo do laudo ocorra via requerimento administrativo à Diretoria de Recursos Humanos, considerando que, após o envio, o documento torna-se propriedade do órgão solicitante e integra o dossiê funcional do servidor.
- (B) fornecer uma cópia integral do laudo psicológico em substituição à entrevista presencial, visando mitigar o estresse ocupacional e assegurar o direito constitucional de acesso a dados pessoais, em consonância com os princípios da transparência administrativa.
- (C) realizar a entrevista devolutiva ao servidor, independentemente do andamento do processo administrativo, garantindo o direito de receber informações sobre o estudo realizado, os instrumentos utilizados e as conclusões alcançadas.
- (D) postergar a comunicação dos resultados para após a homologação do parecer pela Junta Médica, preservando a isenção do ato pericial e evitando que o conhecimento prévio dos dados técnicos possa influenciar a conduta do servidor durante a perícia oficial.

RASCUNHO

QUESTÃO 35

Para realizar uma avaliação psicológica com o objetivo de um diagnóstico organizacional de um departamento da Câmara Municipal que apresenta alto absenteísmo, um psicólogo decide utilizar uma metodologia mista. O profissional planeja utilizar testes psicológicos de clima organizacional, realizar entrevistas individuais com os servidores e, adicionalmente, analisar os registros de ponto e os relatórios de produtividade fornecidos pela chefia. Segundo a Resolução CFP nº 31/2022, que institui as diretrizes para a avaliação psicológica, os registros de ponto e relatórios administrativos classificam-se como

- (A) fontes complementares, podendo ser utilizadas desde que o psicólogo garanta a sua integração técnica com os dados obtidos por meio de fontes fundamentais, como testes psicológicos e entrevistas.
- (B) fontes fundamentais, visto que os registros de desempenho e assiduidade constituem evidências objetivas do comportamento laboral, possuindo primazia sobre as fontes subjetivas no contexto institucional.
- (C) fontes acessórias de validade, devendo seu uso ser restrito à fase de triagem e mapeamento de demandas, sendo vedada a sua transposição para o corpo da análise técnica do laudo ou relatório psicológico final.
- (D) fontes de informação exógenas, sendo facultada sua utilização apenas em caráter excepcional e mediante autorização do SATEPSI, dado que tais documentos não possuem propriedades psicométricas validadas.

QUESTÃO 36

Leia as informações a seguir.

Uma psicóloga da Câmara Municipal realiza o acompanhamento de um servidor que apresenta queixas de desatenção e erros constantes em tarefas legislativas sensíveis. Para fundamentar um laudo de readaptação funcional, a profissional analisa o manual de um teste de atenção e identifica os seguintes dados:

- O instrumento apresenta um coeficiente de precisão (consistência interna) de 0,91.
- Os estudos de validade indicam que não há correlação significativa entre os resultados do teste e o desempenho real em tarefas que exigem vigilância contínua, nem convergência com outros instrumentos de atenção já consolidados.

Considerando os conceitos fundamentais da psicometria e a Resolução CFP nº 31/2022, a análise técnica desses parâmetros indica que esse instrumento apresenta uma

- (A) validade de conteúdo alta, pois o coeficiente estatístico elevado confirma que os itens cobrem o espectro do construto, embora apresente baixa estabilidade temporal para prever erros laborais.
- (B) fidedignidade elevada, o que assegura a estabilidade das medidas obtidas, porém carece de evidências de validade, não havendo segurança de que o teste mensure, de fato, o construto atencioso.
- (C) consistência interna baixa, o que compromete a reprodutibilidade dos resultados em processos de acompanhamento, independentemente de possuir validade preditiva ou de critério satisfatória.
- (D) validade de critério robusta, o que o qualifica como preditor de desempenho futuro para funções administrativas, apesar de apresentar limitações quanto à sua normatização e padronização.

QUESTÃO 37

Um setor de uma instituição apresenta histórico recorrente de conflitos e baixa produtividade, resistindo a diversas trocas de gestão. Sob a ótica da Abordagem Sistêmica aplicada às organizações, a intervenção do profissional de psicologia deve privilegiar a análise da

- (A) causalidade linear dos conflitos, buscando isolar o “paciente identificado” (servidor problemático), cuja remoção é percebida como a solução para restabelecer a homeostase e permitir que o restante da equipe funcione sem a interferência do elemento disfuncional.
- (B) estrutura de personalidade dos servidores, partindo da premissa de que a incompatibilidade de traços individuais é a causa primária das coalizões negativas, exigindo a realocação de membros para garantir a coesão necessária à execução da tarefa.
- (C) cultura organizacional como determinante macroscópico, priorizando a redefinição normativa da missão e dos valores institucionais para que estes moldem, de forma hierárquica (*top-down*), o comportamento e as interações nos subsistemas de trabalho.
- (D) complementaridade rígida e dos padrões de retroalimentação (*feedback*) que mantêm o sintoma, entendendo que mudanças pontuais na chefia são neutralizadas por mecanismos de estabilidade se a regra tácita de funcionamento do grupo não for reestruturada.

QUESTÃO 38

Um servidor relata sofrimento intenso após perder autonomia decisória a partir de uma reestruturação administrativa. Adotando a Psicologia Sócio-Histórica para a compreensão do nexa saúde-trabalho, o psicólogo deve considerar que

- (A) a vivência de sofrimento é mediada pela resignificação cognitiva individual, devendo a intervenção focar no fortalecimento dos mecanismos de enfrentamento (*coping*) para que o servidor adapte suas expectativas à nova realidade material.
- (B) o sofrimento psíquico não é um processo apenas endógeno, mas a expressão da apropriação individual das contradições objetivas do trabalho, revelando como a alienação da atividade (perda do controle sobre o fazer) impacta a constituição da subjetividade.
- (C) a desmotivação reflete um bloqueio na tendência atualizante do indivíduo, gerado pelo desajuste entre sua vocação natural e as normas institucionais, demandando um espaço de acolhimento que permita a busca por um sentido pessoal autêntico diante da crise.
- (D) o conflito é resultado de dinâmicas de poder institucional que reativam traumas pregressos do servidor com figuras de autoridade, exigindo um espaço de escuta para a elaboração dessas transferências negativas que se sobrepõem à realidade laboral.

QUESTÃO 39

No acolhimento a uma servidora que passa por um dilema ético no trabalho, uma psicóloga pauta sua conduta na Abordagem Centrada na Pessoa. Diferentemente de uma escuta técnica diretiva, essa abordagem pressupõe que a intervenção

- (A) utilize o reflexo de sentimentos e a confrontação empática para apontar as incoerências entre os valores pessoais da servidora e as normas da instituição, visando um ajuste funcional mais autêntico.
- (B) acolha o sofrimento através da escuta ativa, mas intervenha de forma diretiva para corrigir as distorções cognitivas sobre o código de ética, garantindo a prevalência da norma institucional sobre a subjetividade.
- (C) suspenda o julgamento moral e a busca por um diagnóstico, priorizando a compreensão empática do quadro de referência interno da servidora, facilitando que ela própria reconheça suas incongruências e retome sua autonomia.
- (D) foque na atualização das potencialidades da servidora, encorajando-a a perceber a crise como uma oportunidade de aprendizado e a buscar, através da racionalização, soluções pragmáticas para o impasse vivido.

QUESTÃO 40

A *Síndrome de Burnout* é conceituada pela literatura especializada como um fenômeno ocupacional, resultante de estresse crônico no ambiente de trabalho que não foi manejado com sucesso. Para fins de diagnóstico diferencial e avaliação institucional, o marcador que distingue o *burnout* do estresse ocupacional genérico e da fadiga comum é

- (A) o desenvolvimento de uma atitude de cinismo e distanciamento mental, traduzida por sentimentos negativos ou impessoais em relação às tarefas laborais e ao público atendido.
- (B) a presença de manifestações psicofisiológicas de ansiedade, como sudorese e tensão muscular, desencadeadas pela pressão por produtividade e pelo cumprimento de prazos institucionais.
- (C) a persistência de sintomas de hiperativação fisiológica e ansiedade antecipatória, que se limitam aos períodos de maior demanda produtiva e tendem a estabilizar-se com a aplicação de técnicas de gestão de tempo.
- (D) a manifestação de um quadro de anedonia generalizada e humor deprimido que se estende às atividades de lazer e convívio familiar, persistindo de forma contínua independentemente do contato com os estressores laborais.

QUESTÃO 41

No ambiente institucional, o Transtorno de Personalidade Obsessivo-Compulsiva (TPOC) pode ser, inicialmente, confundido com um perfil de servidor exemplar. Contudo, clinicamente, o TPOC é caracterizado por um padrão invasivo de

- (A) rituais mentais e comportamentais repetitivos, reconhecidos pelo próprio indivíduo como excessivos ou irracionais, realizados para reduzir ansiedade associada a pensamentos intrusivos recorrentes.
- (B) controle interpessoal marcado por necessidade de reconhecimento da própria competência, sensibilidade a críticas e tendência a vivenciar discordâncias como desvalorização pessoal.
- (C) busca por admiração e validação, com sobrevalorização de conquistas pessoais e utilização instrumental das relações institucionais para reforçar autoimagem de superioridade.
- (D) perfeccionismo que interfere na conclusão de tarefas, acompanhado de uma preocupação excessiva com detalhes, regras e listas, resultando em rigidez e teimosia que prejudicam a eficiência da equipe.

QUESTÃO 42

Uma psicóloga identifica que a equipe de um departamento tem omitido da gestão o uso problemático de álcool de um dos servidores, assumindo suas funções para preservá-lo de sanções disciplinares. Do ponto de vista das diretrizes éticas e técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP), essa conduta da equipe e a análise do psicólogo sobre o caso devem considerar que

- (A) a atitude dos colegas caracteriza-se como uma redução de danos informal, pois ao redistribuírem as tarefas, eles mitigam o risco imediato de acidentes e preservam o vínculo empregatício do servidor, evitando a exclusão social decorrente do proibicionismo.
- (B) a intervenção técnica deve priorizar a intervenção breve, focando na conscientização do servidor sobre os riscos à segurança institucional e na pactuação de metas de consumo zero, visando restabelecer a plena capacidade funcional exigida pelo regime estatutário.
- (C) a ocultação dos sintomas pela equipe reflete o estigma e o preconceito associados ao uso de drogas, onde o medo da punição e da exclusão prevalece sobre a ética do cuidado, dificultando que o uso de substâncias seja tratado como uma questão de saúde mental.
- (D) o comportamento da equipe constitui uma rede de apoio funcional, pautada no princípio da solidariedade entre pares e na proteção da intimidade do servidor, devendo a psicóloga validar esse suporte como estratégia legítima de manutenção da autonomia subjetiva no ambiente laboral.

QUESTÃO 43

A psicóloga da Câmara é acionada para intervir em um conflito agudo entre dois servidores. Ao optar por um dispositivo de Mediação de Conflitos, a intervenção da psicóloga deve

- (A) atuar na desconstrução das posições assumidas pelas partes, facilitando o diálogo para que identifiquem interesses e necessidades subjacentes, sem exercer poder de decisão ou induzir o resultado do acordo.
- (B) adotar uma postura propositiva, sugerindo alternativas técnicas para o impasse com base na cultura organizacional, visando celeridade na obtenção de um acordo prático que encerre a disputa e restaure o clima de trabalho.
- (C) focar na análise das características de personalidade dos envolvidos, utilizando o espaço para realizar *feedback* comportamental sobre como os estilos individuais de enfrentamento estão gerando a incompatibilidade laboral.
- (D) conduzir o processo com foco na materialidade dos fatos, avaliando o mérito das queixas para direcionar as partes a uma solução estritamente alinhada às normas regimentais e à segurança jurídica institucional.

QUESTÃO 44

Como etapa preliminar à elaboração de um Plano de Prevenção de Riscos Psicossociais na Câmara, é necessário realizar um diagnóstico técnico para identificar os fatores de risco presentes no ambiente. Para assegurar a especificidade da abordagem da Psicologia Organizacional e a validade conceitual dessa avaliação e, a unidade de análise prioritária deve ser

- (A) a estrutura da organização do trabalho e as práticas de gestão, expressas em variáveis como a sobrecarga de tarefas e a falta de autonomia, analisando como essas condições objetivas impactam a saúde do coletivo.
- (B) o mapeamento das vulnerabilidades individuais e dos estilos de *coping* dos servidores, buscando identificar precocemente os perfis de personalidade com menor resiliência frente às demandas naturais do cargo.
- (C) a mensuração dos níveis de satisfação e engajamento das equipes, sob o entendimento de que um clima organizacional positivo funciona como um indicador seguro de ausência de riscos patogênicos à saúde mental.
- (D) o levantamento de atos inseguros e falhas cognitivas na execução das tarefas, auditando os desvios comportamentais dos servidores em relação aos procedimentos padrão para mitigar o fator humano no processo.

RASCUNHO

QUESTÃO 45

No âmbito das ações de prevenção de riscos psicossociais e promoção da saúde mental, o psicólogo da Câmara é solicitado a realizar um diagnóstico organizacional em um setor com altos índices de afastamento e denúncias de sofrimento ético. Ao analisar a dinâmica do setor, o psicólogo deve diferenciar tecnicamente o assédio moral organizacional de outras formas de violência no trabalho. O indicador chave que confirma a natureza organizacional do assédio nesse caso é a

- (A) predominância de conflitos verticais derivados de idiosincrasias na liderança e de desencontros subjetivos nas relações hierárquicas, onde a conduta abusiva reflete o perfil psicológico do gestor em detrimento das normas institucionais.
- (B) instituição de práticas de gestão que, de modo transversal e sistêmico, instrumentalizam a pressão psicológica e o controle rígido como estratégias institucionais de disciplinamento, visando à otimização de resultados ou à indução de desligamentos.
- (C) segregação de um grupo de servidores pelos pares motivada por dissonâncias nos ritmos produtivos das demandas de trabalho, operando como um mecanismo de regulação social horizontal que traz sofrimento para o grupo.
- (D) configuração de um cenário de sofrimento ético-político derivado da precarização estrutural e da sobrecarga de tarefas, onde a violência psicológica emerge como subproduto da deterioração das condições laborais e da perda de sentido do trabalho.

RASCUNHO**QUESTÃO 46**

Na Câmara Municipal, um psicólogo participa da elaboração do Plano Anual de Saúde. O objetivo estratégico é superar o modelo tradicional de Saúde Ocupacional para alinhar as ações institucionais à Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e às referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia relativas à atuação em saúde do trabalhador. Nesse contexto, a proposta que visa intervir sobre o trabalho enquanto determinante do processo saúde–doença consiste em

- (A) implementar um eixo de prevenção secundária e rastreamento clínico, realizando a busca ativa de sintomatologias precoces (físicas e mentais) através de periódicos e plantões de escuta, visando interceptar a evolução do adoecimento e garantir o tratamento especializado imediato antes da cronificação do quadro.
- (B) estabelecer a promoção da saúde e qualidade de vida como diretriz central, focando na redução da vulnerabilidade individual através de programas educativos sobre hábitos saudáveis (nutrição, sono e manejo de estresse), tendo em vista que a resiliência pessoal é uma instância protetiva fundamental na mitigação dos impactos decorrentes dos estressores ocupacionais.
- (C) estruturar a gestão epidemiológica de riscos, utilizando os dados estatísticos de absenteísmo, de agravos à saúde mental e o Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) para mapear os setores críticos, fundamentando ações corretivas focadas na adequação normativa dos postos de trabalho e na segurança jurídica dos processos de afastamento.
- (D) instituir a vigilância em saúde do trabalhador como ordenadora das práticas, priorizando a intervenção nos ambientes, processos e organização do trabalho para identificar e transformar os riscos na origem, assegurando a cobertura universal a todos os trabalhadores, independentemente da natureza do vínculo empregatício.

RASCUNHO

QUESTÃO 47

Após 12 meses de execução de um programa piloto de saúde mental na Câmara Municipal, a coordenação solicita um relatório técnico para subsidiar a decisão sobre a continuidade das ações. Considerando a Política Nacional de Promoção da Saúde e as referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia relativas à atuação em saúde do trabalhador, a avaliação desse programa deve orientar-se por uma matriz de indicadores capaz de captar

- (A) indicadores mistos de governança e transformação organizacional, priorizando a avaliação da cogestão e apropriação pelos trabalhadores, as evidências de mudanças nos determinantes do processo de trabalho (autonomia, sobrecarga), os desfechos psicossociais validados e os critérios de equidade e participação social.
- (B) indicadores de eficiência alocativa e gestão de custos, focando no retorno sobre o investimento (ROI), na redução percentual das horas de absenteísmo, no custo per capita do servidor atendido, no tempo médio de retorno ao trabalho pós-readaptação e em métricas de produtividade individual aferidas por avaliações funcionais de desempenho.
- (C) o perfil epidemiológico e de risco clínico, com ênfase na estratificação por risco psicossocial, na evolução da prevalência de transtornos mentais diagnosticados, nas taxas de encaminhamento para psiquiatria, na resolatividade da rede assistencial e em indicadores de medicalização (curva de consumo de psicofármacos) para monitorar a demanda curativa.
- (D) a mudança de estilos de vida e comportamentos individuais, avaliando as taxas de adesão a programas de reeducação de hábitos (nutrição, sedentarismo), as medidas de autoeficácia e bem-estar subjetivo, a frequência em atividades educativas e recreativas, e a avaliação da eficácia pedagógica das ações informativas na redução de riscos pessoais.

RASCUNHO**QUESTÃO 48**

A direção da Câmara Municipal deseja implementar um processo de formação para sua equipe técnica de trabalhadores da saúde, visando melhorar o atendimento aos servidores. A psicóloga sugere a metodologia da Educação Permanente em Saúde que se caracteriza por

- (A) estruturar percursos formativos sistemáticos e sequenciais, orientados pela atualização técnico-científica e pela consolidação de referenciais conceituais comuns, com vistas a garantir a homogeneização do repertório teórico da equipe.
- (B) instituir estratégias de incorporação de metodologias, tecnologias e protocolos validados externamente ao serviço, através da mediação de especialistas e instituições formadoras, visando à difusão de práticas reconhecidas para aprimoramento do cuidado.
- (C) dispor a formação como um processo articulado ao funcionamento do cotidiano do espaço laboral, tomando os problemas desse ambiente como eixo estruturante da análise compartilhada para a produção de saberes e a reconfiguração das ações desenvolvidas.
- (D) desenvolver programas de capacitação operativa direcionados à formalização de fluxos, normas e procedimentos institucionais, buscando maior consistência técnica na execução das atividades e alinhamento entre as diferentes áreas do serviço.

RASCUNHO

QUESTÃO 49

Após um grave incidente de segurança nas imediações da Câmara Municipal, que exigiu a ativação de protocolos de confinamento e gerou forte tensão emocional entre os servidores, a equipe de psicologia é mobilizada para a intervenção pós-crise imediata. Considerando os protocolos internacionais de Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP), a estratégia de atuação recomendada para as primeiras horas após o evento é

- (A) implementar sessões estruturadas de escuta, incentivando a expressão verbal detalhada das emoções e percepções vivenciadas, com o objetivo de promover a integração cognitiva imediata do evento e prevenir a dissociação peritraumática.
- (B) priorizar o suporte pragmático e estabilização emocional, assegurando a satisfação de necessidades básicas (como acesso à água, garantia de segurança física), contato com redes de apoio social e escuta não intrusiva quanto à narrativa detalhada do trauma.
- (C) realizar uma triagem rápida para identificação de sintomatologia compatível com Transtorno de Estresse Agudo ou Transtorno do Estresse Pós-Traumático, visando ao encaminhamento imediato para intervenção psiquiátrica profilática nos mais graves, prevenindo a cronificação dos sintomas.
- (D) organizar nas primeiras horas pós-evento espaços coletivos de acolhimento institucional voltados à elaboração compartilhada da experiência, considerando o impacto do ocorrido sobre o grupo de trabalho e buscando favorecer a recomposição dos vínculos e do funcionamento organizacional.

RASCUNHO**QUESTÃO 50**

Uma servidora pública procura o serviço de psicologia da Câmara Municipal apresentando marcas físicas compatíveis com agressão física recente. Durante o acolhimento, ela relata situação recorrente de violência doméstica perpetrada pelo companheiro e solicita expressamente que o fato não seja comunicado à chefia nem a órgãos policiais, alegando medo de agravamento do risco pessoal e familiar. Considerando as diretrizes ético-técnicas para atuação psicológica em situações de violência interpessoal, o profissional de psicologia deve

- (A) proceder à comunicação do fato à autoridade policial competente ou ao Ministério Público, independentemente da vontade da servidora, uma vez que, em casos de lesão corporal no contexto de violência doméstica, a ação penal é pública incondicionada, sobrepondo-se o dever legal de comunicar crime à prerrogativa do sigilo.
- (B) respeitar o princípio do sigilo profissional e da autonomia da servidora, priorizando o fortalecimento de seus recursos subjetivos e estratégias de enfrentamento, condicionando qualquer registro ou comunicação externa à manifestação de consentimento livre e esclarecido, a fim de preservar o vínculo terapêutico estabelecido.
- (C) assegurar acolhimento qualificado, preservar o sigilo profissional no âmbito institucional e realizar a notificação compulsória de violência às autoridades sanitárias por meio do sistema oficial, esclarecendo à servidora a natureza epidemiológica, não punitiva e confidencial desse procedimento, bem como oferecendo orientação sobre a rede de proteção disponível.
- (D) realizar acolhimento e orientação quanto aos direitos, serviços e mecanismos de proteção existentes, delimitando a intervenção ao espaço clínico de escuta e aconselhamento psicológico, sem acionamento de procedimentos sanitários ou institucionais, de modo a evitar a exposição administrativa da servidora e apoiar sua tomada de decisão individual.

RASCUNHO

QUESTÃO 51

Durante atendimento psicológico, um servidor pede sigilo ao verbalizar pensamentos recorrentes de morte, associados a sentimentos de inutilidade e desejo de interrupção da própria existência, sem que, na escuta inicial, se evidenciem elementos claros de planejamento com meios específicos ou intenção imediata. À luz das diretrizes técnicas do Conselho Federal de Psicologia e da literatura atual sobre manejo do comportamento suicida, a conduta técnica pertinente é

- (A) proceder à quebra do sigilo profissional mediante contato imediato com familiar responsável, de modo a garantir um estado de alerta e vigilância, mesmo em quadro de ideação sem plano estruturado, respaldando-se no Princípio Fundamental do Código de Ética que prioriza o direito absoluto à vida sobre a confidencialidade em qualquer nível de manifestação autodestrutiva.
- (B) indicar avaliação psiquiátrica prioritária e afastamento laboral temporário como medida preventiva, compreendendo que a retirada do servidor do contexto ocupacional e a condução do caso para acompanhamento especializado externo reduzem riscos imediatos e resguardam a continuidade do cuidado psicológico no serviço.
- (C) realizar a estratificação clínica do risco, acolher o sofrimento, identificar fatores de proteção e construir um plano de segurança conjunto, preservando o sigilo profissional nessa etapa, mas estabelecendo um contrato terapêutico claro de que a quebra de confidencialidade ocorrerá obrigatoriamente caso haja evolução do quadro para risco grave ou iminente.
- (D) promover uma escuta acolhedora de caráter não diretivo, priorizando a expressão espontânea do servidor sobre seu sofrimento, evitando intervenções avaliativas mais estruturadas nesse momento inicial, com o objetivo de evitar o risco de sugestão iatrogênica do ato e prevenir a ruptura da aliança terapêutica pela introdução precoce de uma lógica interrogativa e normativa.

RASCUNHO**QUESTÃO 52**

Surge um conflito entre a gestão administrativa e um servidor em processo de transição de gênero. A chefia, amparada no princípio da legalidade estrita, recusa a adoção do nome social nos fluxos de trabalho antes da retificação civil, alegando insegurança jurídica. O servidor, por sua vez, aponta tal recusa como fator de adoecimento e exclusão. Acionado para intervir, o psicólogo deve se pautar de acordo com as orientações do Conselho Federal de Psicologia. Nesse contexto, a atuação tecnicamente fundamentada consiste em

- (A) subsidiar a gestão caracterizando a recusa do nome social como risco psicossocial, e sustentar a autodeterminação, argumentando que, sob a diretriz da despatologização, o reconhecimento da identidade de gênero não deve ser condicionado a homologação jurídica ou laudo diagnóstico para ser validado nas relações de trabalho.
- (B) acolher o sofrimento apresentado e orientar o servidor quanto aos caminhos administrativos e jurídicos disponíveis para a retificação do registro civil, contribuindo para que a gestão possa, oportunamente, adequar seus procedimentos de identificação funcional em consonância com a regularização documental.
- (C) pactuar o uso informal do nome social na equipe como medida de cortesia e, simultaneamente, elaborar um parecer técnico fundamentado em avaliação psicológica, atestando a estabilidade da identificação de gênero declarada, a fim de fornecer à administração o respaldo clínico necessário para a flexibilização das normas internas.
- (D) atuar como facilitador neutro do diálogo entre as partes, buscando construir consensos operacionais provisórios que reduzam as tensões relacionais, mantendo o distanciamento técnico necessário para não incorrer em posicionamentos percebidos como militância ou favorecimento de pautas individuais em detrimento das normas organizacionais vigentes.

RASCUNHO

QUESTÃO 53

Ao discutir as dinâmicas de poder e produção de sofrimento psíquico, a Referência Técnica do CREPOP sobre Relações Raciais conceitua a branquitude não apenas como marcador fenotípico, mas como um constructo sociopsicológico historicamente constituído e articulado a relações assimétricas de poder. À luz do referencial adotado pelo Conselho Federal de Psicologia, a branquitude opera predominantemente por meio de

- (A) processos de discriminação racial explicitados sobretudo nas interações interpessoais, nos quais práticas excludentes decorrem de posicionamentos conscientes e atitudes individuais, podendo ser analisadas prioritariamente a partir de condutas observáveis dos sujeitos envolvidos.
- (B) um arranjo simbólico de manutenção de hierarquias raciais, no qual o grupo branco se posiciona como referência universal e não racializada, naturalizando posições de privilégio e deslocando a marca racial para os grupos subalternizados, frequentemente sob discursos de neutralidade e mérito.
- (C) dinâmicas de diferenciação cultural que produzem trajetórias subjetivas distintas entre grupos raciais, exigindo leituras psicológicas atentas às especificidades identitárias e às experiências singulares associadas à pertença étnico-racial.
- (D) mecanismos coletivos de regulação social que se intensificam em contextos de tensão e reconfiguração social, nos quais a racialização emerge como elemento reativo às disputas por reconhecimento e recursos, assumindo centralidade variável conforme o cenário histórico.

RASCUNHO**QUESTÃO 54**

Nas discussões contemporâneas sobre deficiência no campo das políticas públicas e das ciências humanas, observa-se uma revisão crítica dos modelos tradicionais de explicação desse fenômeno, com implicações diretas para a atuação profissional e institucional. Do ponto de vista epistemológico, essa revisão propõe compreender a deficiência como

- (A) uma condição funcional associada a impedimentos orgânicos duradouros, cuja principal resposta social consiste em intervenções clínicas, terapêuticas e compensatórias, cabendo às políticas públicas atenuar seus efeitos por meio de serviços especializados e adaptações pontuais do ambiente.
- (B) uma experiência de restrição de participação social que emerge da interação entre impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e as barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais que limitam a participação plena e efetiva em condições de igualdade.
- (C) uma limitação objetiva da capacidade adaptativa e produtiva do indivíduo, cuja inclusão social depende do aumento da tolerância coletiva e da criação de arranjos institucionais específicos que conciliem proteção social e eficiência organizacional.
- (D) uma categoria analítica centrada principalmente nos processos de construção simbólica da normalidade, na qual os impedimentos corporais são reconhecidos, porém tratados como elementos secundários frente à produção cultural de significados.

RASCUNHO

QUESTÃO 55

No campo dos estudos sobre envelhecimento e direitos humanos, o conceito de idadismo (ou etarismo) tem sido utilizado para descrever um conjunto específico de processos psicossociais e culturais. Do ponto de vista teórico, o idadismo caracteriza-se fundamentalmente como

- (A) a expressão de crenças estereotipadas e atitudes negativas em relação ao envelhecimento, manifestas sobretudo por preconceitos explícitos e estigmatização consciente das pessoas idosas, decorrentes de experiências negativas pessoais ou aversões emocionais à velhice.
- (B) um processo psicossocial em que experiências de mudanças nos papéis sociais produtivos e perdas associadas ao processo natural de envelhecimento podem favorecer, em pessoas idosas, a internalização de imagens negativas sobre o envelhecer.
- (C) uma forma de ordenamento social a partir da estratificação social entre grupos geracionais, sustentada por critérios de capacidade física e cognitiva, visando a salvaguarda de direitos e oportunidades, em alinhamento com as aptidões funcionais atribuídas para cada grupo etário.
- (D) um arranjo sociocultural que organiza expectativas, atribuições de valor e reconhecimento social com base na idade cronológica, estruturando padrões de avaliação e acesso a oportunidades que afetam diferentes grupos etários ao longo do curso da vida.

RASCUNHO**QUESTÃO 56**

As Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) junto às Pessoas Idosas (CREPOP/CFP) preconizam a superação de visões naturalizantes em favor da compreensão da heterogeneidade do envelhecimento. Nessa perspectiva, no âmbito do planejamento de um programa de preparação para aposentadoria, essa transição laboral deve ser entendida como

- (A) um fenômeno situado historicamente, no qual a subjetividade é compreendida como síntese de múltiplas determinações, de modo que a variabilidade dos projetos de pós-carreira reflete a apropriação individual das condições objetivas e das oportunidades acumuladas ao longo do curso de vida.
- (B) um evento crítico que deflagra uma crise de identidade normativa, exigindo o fortalecimento de recursos de resiliência, sob a premissa de que a adaptação bem-sucedida reflete, em última instância, a maturidade psicológica e a flexibilidade da personalidade do sujeito para ressignificar a perda do papel produtivo.
- (C) um período de reestruturação de papéis que demanda a substituição da produtividade do trabalho formal por novas atividades significativas e de lazer, estabelecendo-se a ocupação do tempo livre como a condição necessária para evitar o isolamento social e o sentimento de inutilidade.
- (D) um estágio do ciclo vital compreendido a partir da exigência de manutenção contínua da funcionalidade física e cognitiva, sustentada pela adesão a práticas regulares de atividade física e autocuidado, tomando esse engajamento como condição central para o bem-estar e para a participação social na velhice.

RASCUNHO

QUESTÃO 57

Um servidor efetivo de 68 anos procura o serviço de Psicologia da Câmara Municipal, após a indicação da chefia, por queda de produtividade e lapsos de memória. No acolhimento, o psicólogo avalia que a demanda requer um encaminhamento a um médico e colhe informações para formular uma hipótese diagnóstica, considerando a distinção entre um possível processo neurodegenerativo incipiente e um quadro do humor com repercussão cognitiva. À luz dos aspectos fenomenológicos da queixa e da atitude do paciente diante das próprias dificuldades, o padrão clínico compatível com comprometimento cognitivo secundário a um transtorno do humor, em contraste com um processo neurodegenerativo primário, é

- (A) o relato de início insidioso e progressão lenta das dificuldades cognitivas, descritas como persistentes, sem evidências de melhora espontânea significativa ao longo do tempo.
- (B) a descrição detalhada de falhas de memória, acompanhadas de preocupação com o desempenho funcional, em contexto de preservação da orientação temporo-espacial.
- (C) a observação de respostas emocionais reduzidas diante dos lapsos de memória relatados pela chefia, sugerindo indiferença ou falta de crítica quanto às próprias dificuldades.
- (D) o relato de dificuldades recorrentes em tarefas rotineiras no ambiente de trabalho, com lapsos frequentes na evocação de informações simples e de impacto funcional evidente.

QUESTÃO 58

Em um departamento da Câmara Municipal, observa-se que médicos, psicólogos e assistentes sociais atendem o mesmo servidor sequencialmente. Cada profissional produz seu laudo baseando-se em sua metodologia específica, sem compartilhar objetivos ou construir um plano terapêutico comum, resultando em uma justaposição de documentos técnicos, sem integração analítica ou pactuação de estratégias. À luz das teorias de trabalho em equipe na saúde coletiva, essa organização do trabalho é classificada conceitualmente como

- (A) interdisciplinaridade.
- (B) transdisciplinaridade.
- (C) multidisciplinaridade.
- (D) clínica ampliada.

QUESTÃO 59

Uma psicóloga da Câmara Municipal é requisitada para elaborar um parecer técnico em uma comissão de sindicância que apura denúncias de assédio moral em um departamento administrativo. Em seu relatório, a psicóloga identifica e descreve tecnicamente a existência de “práticas de gestão potencialmente adoecedoras associadas a riscos psicossociais” no setor. Antes da finalização do processo, o Presidente da Comissão de Sindicância solicita que a profissional suprima esses termos do documento oficial, alegando que tais conclusões excedem a avaliação individual dos envolvidos e podem gerar passivo judicial para a Casa Legislativa. Diante desse pedido, e considerando os deveres previstos no Código de Ética Profissional, a conduta técnica adequada é

- (A) deferir o pleito da presidência, circunscrevendo a materialidade do laudo à descrição da sintomatologia dos sujeitos, sob o argumento técnico de que a qualificação jurídica das práticas de gestão transcende a competência do perito psicológico e invade a esfera de atribuição do Direito Administrativo.
- (B) proceder à revisão redacional do documento em caráter interdisciplinar, transpondo a terminologia clínica para categorias de “gestão de conflitos”, visando conferir maior exequibilidade administrativa às recomendações e mitigar o risco de judicialização precoce da demanda institucional.
- (C) ratificar a integralidade do parecer técnico, fundamentando-se na prerrogativa indelegável de autonomia profissional que veda a subordinação da metodologia psicológica a injunções de ordem administrativa, assegurando a fidedignidade dos fatores psicossociais identificados na avaliação.
- (D) arguir impedimento técnico superveniente e declinar do encargo, sustentando a tese de que o vínculo funcional com a instituição compromete a isenção e a neutralidade necessárias para a análise de riscos organizacionais, transferindo a responsabilidade probatória para auditoria externa independente.

RASCUNHO

QUESTÃO 60

Em uma Câmara Municipal, uma equipe interprofissional é mobilizada para responder a uma crise institucional envolvendo adoecimento psíquico de servidores. Enquanto o setor jurídico demanda respostas imediatas para subsidiar decisões administrativas, as áreas técnicas da saúde sustentam a necessidade de tempo prolongado para avaliação, escuta e acompanhamento. O impasse revela a coexistência de temporalidades institucionais distintas no interior da equipe. À luz das teorias sobre trabalho interdisciplinar em contextos públicos, a atuação tecnicamente consistente do profissional de psicologia nesse cenário é

- (A) atuar na mediação do processo decisório, reconhecendo a legitimidade das diferentes temporalidades institucionais e contribuindo para construir arranjos deliberativos que conciliem consistência técnica, responsividade administrativa e possibilidade de revisão das decisões.
- (B) reordenar os procedimentos de avaliação psicológica segundo os marcos temporais do processo decisório administrativo, adotando critérios de celeridade e padronização como parâmetros prioritários de legitimidade da intervenção institucional.
- (C) sustentar a prevalência da temporalidade clínica como referência normativa das decisões, defendendo que a subordinação da avaliação psicológica a prazos administrativos compromete a validade técnico-científica e a ética profissional da intervenção.
- (D) condicionar a continuidade da participação do psicólogo à harmonização prévia das temporalidades institucionais envolvidas, sob o entendimento de que a assimetria temporal inviabiliza a produção de decisões tecnicamente responsáveis no âmbito interdisciplinar.

RASCUNHO**RASCUNHO**